

*Aprovo o presente convite,*

*Pedro Alexandre dos Santos Simão  
(Administrador dos Serviços de Ação Social da  
Universidade de Lisboa)  
(por delegação ao abrigo do despacho n.º 7484/2023)*

## CONVITE

### 1.

a) A entidade adjudicante é os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, sitos no Edifício “Cantina Velha”, Cidade Universitária, Av. Professor Gama Pinto, 1600-192 Lisboa, telefone n.º 21 3611700, com o endereço eletrónico [aprovisionamento@sas.ulisboa.pt](mailto:aprovisionamento@sas.ulisboa.pt), cujo horário de funcionamento é de 2ª a 6ª Feira, das 10h00m às 12h00m e das 14h00m às 16h00m, que convida a apresentar proposta no âmbito do **AJUSTE DIRETO N.º 02/AD/SASULisboa/2025 - “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO E SOLUÇÃO DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO”**.

b) A decisão de contratar foi tomada pelo Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, Pedro Alexandre dos Santos Simão, no uso de competências subdelegadas através do Despacho n.º 7484/2023, publicado no publicado no Diário da República n.º 138, 2ª Série de 18 de julho, de acordo com despacho exarado na data constante nas peças procedimentais.

c) A escolha de Ajuste Direto foi feita ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos;

d) A proposta deverá ser constituída por:

- **Anexo I ao CCP, devidamente preenchido;**
- **Cópia da certidão do registo comercial ou código de acesso à mesma;**
- **Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) onde conste a data de submissão da declaração.**
- **Lista de preços unitários de acordo com o Mapa de Quantidades constante no formulário “AcinGov” (O preço de cada item/produto deverá ser apresentado em euros, apenas com duas casas decimais);**
- **Declaração do prazo de garantia dos equipamentos propostos (o prazo mínimo aceitável é de 2 anos);**
- **Declaração das características técnicas do equipamento proposto, assim como da solução a implementar;**

→ **Declaração de compromisso de prestação de formação, em datas e horários a combinar com os SASULisboa.**

(Os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente e individualmente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada).

- e) Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa;
- f) A proposta deverá ser entregue no prazo estabelecido na plataforma “acinGov”;
- g) A proposta deverá ser apresentada através da plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”, em utilização pela Entidade Adjudicante, sendo o atraso na entrega das propostas da exclusiva responsabilidade do concorrente, não constituindo motivo justificativo para qualquer reclamação;
- h) Nos termos das alíneas a) e b) n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução;
- i) O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 dias úteis, sendo de 3 dias úteis o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP;

**2.**

- a) A proposta não será objeto de negociação;
- b) O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

**3.**

- a) O preço base do procedimento é de **€9.050,00 (nove mil e cinquenta euros)**.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». 198 (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.